

CIÊNCIAS SOCIAIS E MITOLOGIAS NACIONAIS. A CONSTITUIÇÃO DA SOCIOLOGIA NA ARGENTINA E A INVENÇÃO DO *PERONISMO*

FEDERICO NEIBURG
Museu Nacional, UFRJ

As imagens que servem para identificar os traços característicos de uma "cultura", "ideologia" ou "identidade" nacional parecem às vezes se definir menos por um consenso sobre seus conteúdos e mais por uma certa concordância em reconhecê-las como objeto legítimo de polêmica. Alguém que tenha uma certa familiaridade com a Argentina terá podido comprovar que é este o caso dos sentidos que ali são dados à palavra *peronismo*. Talvez o melhor testemunho de que em torno dela se atualizam alguns dos mais importantes mitos da nacionalidade seja o fato de que, durante muitos anos, mesmo aqueles que repudiaram o peronismo reconheceram na presença "aberrante", segundo eles, de seus adversários *peronistas* um dos "enigmas" argentinos. Um estrangeiro — ou um antropólogo em trabalho de campo — terá podido observar que tanto os partidários do peronismo como seus adversários coincidem em ver nele "um fenômeno tipicamente argentino", algo pelo menos difícil de ser "explicado" a um estrangeiro.

Na Argentina, reconhece-se o "nascimento" da sociologia como disciplina universitária no ano de 1956, quando foi fundado o primeiro Departamento de Sociologia do país, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA). A partir daquele momento — poucos meses depois do golpe de estado que derrubou o governo do general Perón, em setembro de 1955 —, a nova disciplina procurou legitimar-se dentro do campo intelectual do país, propondo uma explicação *científica* para o principal problema que animava os debates políticos do momento: descobrir a "natureza" e as "origens" do *peronismo*. Desde então, "explicar" o peronis-

mo se transformou em questão central na produção das ciências sociais do país — ou das que tomaram a Argentina como objeto —, e os conflitos entre as diferentes interpretações passaram a servir de argumento para a definição de qualquer nova heterodoxia nas disciplinas sociais. "Explicar o *peronismo*" transformou-se em sinônimo de "explicar a Argentina"¹.

A intenção deste artigo é transformar em objeto de reflexão duas características das relações entre ciência social, sociedade e cultura na Argentina, características essas que a literatura histórica e sociológica se limitou a "constatar" e a tratar como natural: de um lado, o fato de que o nascimento da sociologia se produziu num contexto de enorme violência política e simbólica — marcado pela "revolução" antiperonista de 1955 — e, de outro lado, a correspondência entre a posição central do *peronismo* na sociedade e na cultura argentinas, bem como na produção de suas ciências sociais.

Partindo da idéia de que tanto as ciências sociais quanto os mitos que legitimam as identidades nacionais são construções sociais e culturais, proponho-me a mostrar como este caso é particularmente útil à reflexão sobre dois problemas teóricos gerais. Um se orienta para a análise dos mitos que legitimam as formas de organização das sociedades nacionais e, em especial, refere-se ao estudo das modalidades e das conseqüências da contribuição do discurso das ciências sociais para a construção de tais mitos. O outro se orienta para o estudo do processo de constituição das ciências sociais e, em particular, refere-se à análise da participação do discurso *científico* sobre o *peronismo* na própria gênese da sociologia na Argentina, e na formulação dos objetos em relação aos quais ela se constituiu.

O objeto deste artigo se constrói no encontro entre uma tradição de análise cultural preocupada com o estudo das culturas, identidades ou ideo-

1. Num balanço dos vinte anos de sociologia na Argentina, um dos primeiros professores do Departamento de Sociologia, que foi também um dos principais protagonistas da tarefa de consagrar a disciplina, escreveu: "Quando a sociologia começou a institucionalizar-se na universidade, em 1956, uma das coisas que se pode dizer que a sociedade lhe pedia era que explicasse a natureza desse fenômeno que muitos consideravam tão particularmente nosso: o peronismo (Di Tella 1980: 314-15). Uma década depois, um dos integrantes da primeira geração de estudantes de sociologia utilizava as seguintes palavras para abrir seu brilhante livro sobre as lideranças sindicais peronistas: "O estudo do peronismo exerce uma atração especial entre nós. Componente fundamental da sociabilidade política em que fomos formados, o peronismo é um caminho obrigatório para conhecer a sociedade argentina atual, seus conflitos, suas esperanças" (Torre 1990: 9).

logias nacionais e suas relações com os processos de *nation-building*, e uma tradição de análise sociológica, preocupada com o estudo da gênese das figuras sociais vinculadas ao campo de produção cultural e dos "especialistas", que se constituem ao participar dele².

A gênese de uma categoria

Talvez poucas palavras na Argentina tenham a capacidade de fazer referência a uma gama tão ampla de sentidos como a palavra *peronismo*. Ela serve para designar o *movimento político* que nasceu em meados da década de 1940, identificado com a figura do general Juan Perón; para classificar o *período da história nacional* que se inicia por volta de 1945 e termina em 1955, cobrindo os dez anos que incluem seus dois primeiros governos; para denominar o *partido político* criado por Perón pouco depois de vencer as eleições de 1946, e que sobrevive até hoje com outras denominações; para fazer referência à *identidade política* daqueles que, desde aquela época, invocam sua figura e a lembrança de seus governos para legitimar diferentes apostas no campo da política. Também, e entre outras coisas, o adjetivo *peronista* serviu, e ainda serve, para descrever — com um sentido de valor positivo ou negativo — uma *doutrina política*, um *tipo de governo*, uma *forma de discurso*.

Apesar das pretensões de algumas das versões de seus mitos, cujos antecedentes remontam a épocas longínquas³, o "nascimento" da categoria *peronismo* pode ser localizado com relativa exatidão: sem dúvida, ninguém pronunciou ou escutou a palavra *peronismo* antes de meados da década de 1940. Em junho de 1943, ocorreu um golpe de estado promovido por jovens oficiais do exército. Juan Perón era um de seus líderes e em pouco tempo converteu-se no "homem forte" do regime. Sua figura tornou-se o

-
2. Na primeira tradição podemos situar os trabalhos de Elias (1972, 1989), Dumont (1983) e, abordando um tema especialmente relacionado com este, a "antropologia da antropologia" brasileira ensaiada por Peirano (1981). Na segunda tradição, os trabalhos inspirados na sociologia da religião de Weber (1968), especialmente Bourdieu (1992).
 3. Uma formulação extrema de uma suposição que, como se verá, está presente em muitas análises das "origens" do peronismo é a sentença de Hernández Arregui: "Num sentido estrito, o peronismo e o antiperonismo existiam antes de Perón" (1960: 46).

alvo de uma oposição que concentrava a maior parte dos partidos políticos e das elites sociais e econômicas que o enfrentavam tanto no terreno da política social e trabalhista como no da política externa. Enquanto isso, Perón era apoiado por grupos de trabalhadores que reconheciam o caráter social de seu plano de reformas, por dirigentes sindicais que buscavam conquistar espaços dentro da área sindical e, também, por grupos de intelectuais e de políticos "nacionalistas", que desejavam fortalecer a posição argentina de neutralidade na II Guerra Mundial — em confronto com a atitude pró-aliada de seus inimigos "liberais". Em 1945, os combates entre os dois grupos chegaram às ruas das principais cidades do país. Foi nesse contexto de violentos enfrentamentos sociais que fizeram sua estréia duas identidades, uma definida por uma relação positiva, a outra por uma relação negativa: *peronista* e *antiperonista*.

Perón venceu as eleições gerais que se realizaram em fevereiro de 1946 e, uma vez presidente, promoveu a fusão das três agremiações políticas que o haviam apoiado em uma nova organização, que pouco depois se chamaria Partido Peronista. Sua criação ilustra muito bem o momento em que começa a se estruturar um novo conteúdo para a categoria *peronismo*. A uma identidade "debatida" durante a mobilização nas ruas, somou-se uma referência partidária e, pouco tempo depois, uma política promovida pelo Estado, que dizia realizar uma *doutrina peronista*. Os agentes sociais envolvidos na tarefa de construir o *peronismo* já não eram apenas grupos de militantes empenhados em obter reconhecimento social ou espaços no âmbito estatal. Surgiram novas figuras que povoaram a imensa estrutura burocrática em que o regime se apoiou: quadros encarregados de elaborar *políticas peronistas*, congressistas dispostos a discuti-las e a sancioná-las, funcionários públicos incumbidos de implementá-las, professores e jornalistas dedicados à sua divulgação.

Em setembro de 1955, outro golpe militar pôs fim ao governo de Perón. A chamada "Revolução Libertadora" abriu um período em que a categoria *peronismo* adquiriu novos conteúdos, cuja elaboração teve a participação de outros agentes sociais, orientados por outros interesses. Para os derrotados, o *peronismo* deixou de ser uma doutrina executada por meio de políticas de governo para transformar-se em um discurso de oposição — por

algum tempo clandestino e proscrito⁴ — que, por outro lado, já não contava com sua única fonte de enunciação autorizada, uma vez que Perón partira para o exílio⁵. Buscando construir uma imagem de si mesmos como seus "herdeiros" ou "representantes", alguns de seus seguidores consagraram uma atividade febril à formulação de novas diretivas de ação, "interpretações da doutrina" do movimento adaptadas à "nova etapa" e, fundamentalmente, dedicaram-se a uma reinterpretação da história nacional, buscando incluir o *peronismo* como um "novo capítulo".

O golpe militar que em 1955 destituiu Perón teve o apoio de uma frente de forças civis heterogêneas: a Igreja Católica; diversas organizações e partidos políticos, desde os comunistas até os conservadores; as mais importantes associações estudantis, como a Federação Universitária Argentina; e uma variedade de personalidades e de grupos intelectuais que haviam se destacado por sua oposição ao que alguns já não hesitavam em chamar de *Ancien Régime*.

A derrota daquele que era classificado como "tirano" teve o efeito de outorgar estatuto público a uma série de debates que haviam começado uma década antes, quando a emergência da liderança política do até então desconhecido coronel Perón — e sua transformação em "líder dos trabalhadores" — teve o efeito de questionar as relações de representação política no país. Como veremos, as formulações sobre o *peronismo* dos intelectuais que, depois de 1955, saíram politicamente vitoriosos, não só dialogavam e discutiam com os conteúdos propostos por seus adversários, como também nutriam-se deles e desta forma, os legitimavam.

-
4. Testemunho da dimensão simbólica da luta política da época é que o governo "revolucionário" dissolveu o Partido Peronista, proibiu o uso de todos os seus distintivos, lemas e canções, e também de uma série de termos: *Perón*, *Evita Perón*, *peronismo*, *justicialismo* etc. Embora o efeito de tais disposições tenha sido limitado e, na prática, elas tenham sido abandonadas antes das eleições de 1958, o Partido Peronista (com esta ou outra denominação) e o próprio Perón foram impedidos de concorrer a eleições até o ano de 1973.
 5. Alguns efeitos que o afastamento de Perón do cenário direto da luta política teve sobre o *peronismo* ou sobre o *discurso peronista* foram apontados com agudeza por Sigal & Verón (1988: 91-129).

Peronização dos intelectuais, desperonização do povo

O debate sobre o *verdadeiro* significado da *irrupção* do peronismo na vida social do país e sobre o *autêntico* sentido de seu governo teve desde o início um caráter polêmico, assentado numa preocupação claramente política e compartilhada por todos: a *natureza* do peronismo devia ser buscada nas *causas* que levaram a sua *base social* (o *povo*) a aderir a um militar até então desconhecido, transformando-o em *líder popular-autoritário*, segundo as versões da oposição.

Dez anos antes, o problema da *adesão do povo* já estivera no centro de todas as polêmicas. Por volta de 1945, o inesperado apoio popular ao coronel tivera o efeito de pôr em questão as velhas lideranças políticas, iniciando um processo de cisões internas nas agremiações políticas tradicionais — promovido por alguns indivíduos que decidiram apoiar a nova força com a intenção de aumentar ou de, pelo menos, não perder a sua clientela política⁶.

Agora, uma década depois, o problema da *adesão do povo* voltava a transformar-se no ponto principal de todos os debates políticos: o fim do governo peronista e o exílio do líder pareciam colocar a *base social* que o havia apoiado em uma situação de *disponibilidade* para novas adesões. E foram as propostas de caminhos alternativos para obter a *adesão do povo disponível* que serviram de argumento para a dissolução da vitoriosa frente *antiperonista* e para orientar a atividade política de indivíduos e grupos no período seguinte.

Nesse contexto, todas as interpretações do peronismo eram, na realidade, propostas de relação entre dois grupos sociais em *disponibilidade*: de um lado, uma *base social* que ficara *órfã* de seu líder e, do outro, líderes políticos potenciais que se percebiam como *carentes de base social*. Estes últimos eram os produtores das interpretações, os intelectuais que, para se aproximar do *povo*, propuseram diferentes alternativas que iam desde a sua própria *peronização* — movimento que, da mesma forma que outras varie-

6. Sobre esses processos entre grupos de "esquerda", cf. Vezeilles 1967 e Caggiola 1985; na União Cívica Radical, cf. Luna 1985, vol. I: 252 ss.; e entre grupos "nacionalistas", cf. Alvarez 1975, vol. II, Navarro 1969 e Rock 1993, caps. 6 e 7.

dades de populismo, implicava uma *ida ao povo* — até a *desperonização do povo* — incluindo tanto propostas mais claramente autoritárias como processos mais lentos de educação democrática do *povo*.

Dessa maneira, nas formulações sobre o peronismo estavam em jogo não só os velhos motivos como também as situações e apostas nos campos político e intelectual que a nova situação permitia a cada um de seus produtores. As *explicações* do peronismo que todos se empenhavam em buscar exigiam propostas de reorganização da sociedade, eram acompanhadas por verdadeiros projetos de nação.

São inúmeros os indicadores da posição central que o peronismo adquiriu no debate intelectual argentino depois de 1955⁷. Algumas das revistas de maior prestígio editaram números especiais dedicados à sua análise e às perspectivas para a nova etapa⁸; consagrados literatos e "pensadores sociais" publicaram volumes especiais (Martínez Estrada 1956 e Sábato 1956); jovens dirigentes de organizações universitárias tornaram públicas as suas reflexões⁹. O mesmo aconteceu com os intelectuais vinculados às organizações políticas vencedoras¹⁰, com aqueles que a partir de tradições nacionalistas e de esquerda pretendiam transformar-se em *porta-vozes* dos derrotados (Ramos 1956, Hernández Arregui 1957 e 1960, Jauretche 1958 e 1959 e Puiggrós 1958), e também com os novos *sociólogos científicos*, que

-
7. As publicações citadas aqui não pretendem constituir uma relação *exaustiva* da bibliografia sobre o *peronismo*. Uma advertência de Foucault (1966) é útil para compreender um pouco o que está por trás da exigência de "exaustividade" invocada frequentemente nos debates sobre o *peronismo*, quando alguém procura desqualificar um oponente por não citar este ou aquele artigo ou autor. Essa estratégia de desqualificação, que esconde a suposição de que, diante da incomensurabilidade daquilo de que se fala, na realidade é impossível ser exaustivo, tem como efeito a legitimação da *problemática* que todos concordam em debater.
 8. O número 237 da revista *Sur* (novembro-dezembro de 1955), cujo título era "Por la Reconstrucción Nacional" (entre seus artigos apareciam alguns assinados por reconhecidos intelectuais, como Victoria Ocampo, Jorge Luís Borges, Francisco Romero, Vicente Fatone, Juan Mantovani).
 9. A revista *Contorno* dedicou um número especial (nº 7/8, 1955) à análise e revalorização da "experiência" *peronista*.
 10. A partir de posições políticas diferentes: Frondizi 1955, Amadeo 1956, Ghioldi 1956, Irazusta 1956, Romero 1956 (caps. 9-10 e epílogo) e Agosti 1959.

fizeram nesse momento a sua aparição na nova *universidade pós-peronista*¹¹.

O mito

Em sua conhecida proposta de análise estrutural dos mitos, Claude Lévi-Strauss definiu como uma das propriedades do discurso mítico a manutenção de um tipo particular de relação com o tempo. Enquanto a *língua* e a *palavra* pertencem, respectivamente, ao domínio reversível do tempo estrutural e ao domínio irreversível do tempo cronológico, o mito tem a capacidade de combinar ambas as características, introduzindo uma *ambigüidade temporal fundamental*, de forma que seu discurso se relaciona simultaneamente com o passado, com o presente e com o futuro. O mito tem uma *dupla estrutura*: é ao mesmo tempo radicalmente histórico e radicalmente anti-histórico. É significativo que Lévi-Strauss tenha escolhido os relatos da Revolução Francesa como primeira ilustração de seu modelo. Pensando em Michelet, Lévi-Strauss perguntava pelas conseqüências políticas do discurso que evoca a Revolução para mostrar como o relato do historiador encerrava algo mais do que uma simples série de acontecimentos: era uma seqüência de feitos do passado, porém ao mesmo tempo *um esquema de eficácia permanente*, que permitia interpretar a estrutura social da França contemporânea, deixando entrever os delineamentos de sua evolução futura (Lévi-Strauss 1958: 230-232).

Desenvolvimentos mais recentes em antropologia social dedicaram especial atenção a alguns discursos — como os da história ou da antropologia — que em nossas sociedades "complexas" tematizam o próprio passado e a própria cultura, mostrando como o que neles está em jogo é a legitima-

11. Especialmente Germani 1955 e 1956. Como se verá, *científica* foi o adjetivo com que os novos sociólogos procuraram distinguir a nova disciplina dentro do campo intelectual argentino da época. No decorrer do artigo, *sociologia* e *sociologia científica* são usados como sinônimos.

ção de uma certa organização das sociedades nacionais, ou melhor: a própria construção da nação¹².

A despeito de sua referência especial ao discurso histórico, o objetivo de Lévi-Strauss não era refletir sobre a lógica social subjacente ao interesse em produzir ou em reproduzir os mitos por parte de determinados agentes sociais. Tampouco foi este o objetivo das elaborações que nos últimos anos se ocuparam do nacionalismo, em geral pouco interessadas em relacionar os conteúdos das ideologias nacionalistas e as condições sociais subjacentes à produção de seus produtores¹³.

Neste artigo, desejo ressaltar justamente essa dimensão dos debates que animavam os políticos e intelectuais argentinos que, depois de 1955, tentavam descobrir a *natureza* e as *origens* do peronismo. Tomando como eixo os conteúdos e o significado da participação dos novos sociólogos neste debate, interessa-me mostrar como cada *interpretação do peronismo* era uma *explicação da Argentina*, e como cada uma das explicações propostas encerrava, ao mesmo tempo, um projeto de país.

A crise Argentina e o peronismo

A centralidade da noção de *crise* nos relatos sobre a nação argentina e sua história parece colocá-los entre duas possibilidades extremas: de um lado, os mitos nacionais dos Estados Unidos e seus relatos sobre a realização progressiva de um destino de grandeza; do outro, os mitos fundadores do estado balinês e seus relatos sobre a degradação progressiva de um

-
12. Alguns autores relacionaram a invenção da própria noção de cultura com o início da "era do nacionalismo" (por exemplo, Gellner 1987, Hobsbawm 1990, Smith 1986). Numa direção diferente, outros se preocuparam com a presença de um interesse compartilhado da antropologia e da história pelas ideologias nacionalistas na tematização da cultura. Por exemplo, Kapferer 1988 e Handler 1988.
 13. Apesar de muito citada, a obra de B. Anderson mereceu pouca atenção quanto ao que sugere em relação à lógica social subjacente às práticas dos "inventores" das *Imagined Communities*: quadros das burocracias estatais, jovens intelectuais colocados em posições periféricas dentro do campo intelectual e no sistema escolar, agentes ligados à imprensa etc. (Anderson 1991, especialmente cap. 7).

modelo de perfeição situado num passado irremediavelmente perdido¹⁴. Os relatos sobre a *crise argentina* têm como tema a permanência de uma situação de *desintegração* em termos de anomalia. Utilizando um registro dramático, falam das dificuldades, ou mesmo da impossibilidade de realizar um destino de grandeza¹⁵.

Uma possibilidade realizada por alguns autores identificados com a "história das idéias" tem sido a de tentar compreender a presença de uma tradição intelectual ou interpretativa através de suas relações — explícitas ou não — com tradições anteriores. Tais análises costumam ser duplamente frágeis do ponto de vista sociológico: por um lado, não explicam a lógica social subjacente às "escolhas" de umas — e não outras — tradições intelectuais; por outro lado, descuidam da dimensão produtiva implicada nas reatualizações dessas tradições anteriores, remetendo toda a compreensão de uma tradição intelectual à "eleição" de outra já existente¹⁶. Ao estudar relatos sobre a nação e sua história, semelhantes análises correm o risco de menosprezar o fato de que suas referências mais ou menos explícitas às narrativas anteriores — as quais, por sua vez, são construções desses relatos — funcionam como argumentos de autoridade: buscam legitimar o que dizem identificando-se com os problemas e com as oposições que dividiam

-
14. Geertz (1980) mostrou como o caráter fortemente ritualizado da reprodução do estado balinês do século XIX tinha a ver com a teatralização de um passado de esplendor, que era representado como o inverso positivo do presente de degradação e decadência.
 15. Embora uma análise da especificidade argentina ultrapasse as possibilidades deste artigo, é importante assinalar que a idéia de *crise* — associada a uma tematização das dificuldades para *integrar* a sociedade — tem sido um motivo freqüente no pensamento latino-americano (por exemplo, Morse 1982).
 16. Em última análise, o descuido da indicação durkheimiana de buscar "as causas sempre presentes" para compreender a existência de um sistema de classificação (Durkheim 1968: 11) leva os trabalhos realizados dentro dessa perspectiva a reproduzir os argumentos de autoridade postos em jogo pelos próprios "nativos" — isto é, pelos agentes sociais cujas representações o analista está tentando compreender. Um bom exemplo pode ser encontrado no excelente livro de Shumway sobre a "invenção da Argentina". Ao descrever nos primeiros parágrafos de sua obra (1993: 11-12) as razões que o levaram a substituir sua intenção original de analisar "as correntes intelectuais que anteciparam o peronismo", entre 1930 e 1945, pelo estudo das tradições intelectuais do século XIX, Shumway revela os limites analíticos de seu conceito central de "ficções orientadoras": ao longo de seu livro, pouco compreendemos sobre as condições sociais subjacentes à produção e à reprodução de tais ficções.

os diferentes pontos de vista com respeito a problemáticas já consagradas como legítimas sob outras condições, em lutas sociais anteriores¹⁷.

Foi esta a estratégia posta em prática pelos intelectuais que depois de 1955 debateram as origens e a natureza do peronismo. Todos eles coincidiram em construir para essa problemática uma genealogia que buscava legitimar-se nos temas tratados pelos *ensaios* da década de 1930 — que haviam diagnosticado uma profunda *crise* na identidade nacional, uma crise da "cultura" ou do "ser nacional" — e, também, na leitura da produção da chamada "geração de 1837" — Sarmiento, Alberdi, Echeverría etc. — feita por esses *ensaístas*, cuja finalidade marcadamente política havia levado a acentuar uma visão dualista da Argentina, diagnosticando as causas da *crise* em uma suposta estrutura bipolar: a contradição entre *duas Argentinas*. Uma Argentina era visível, urbana, moderna, cosmopolita, ligada ao mercado mundial por meio da metrópole de Buenos Aires. A outra Argentina era oculta, rural, tradicional, ligada ao mercado interno, e sua máxima expressão eram as províncias do interior do país. A primeira aparecia como liberal e europeizada — na valorização positiva — e como anglófila e francófona — na valorização negativa. A segunda aparecia como mais autenticamente nacional — na valorização positiva — e como fechada, hispanista e católica — na negativa (por exemplo, Mallea 1933, Martínez Estrada 1933, Scalabrini Ortíz 1931).

"Modos de povoar". Esta parece uma boa metáfora para descrever a preocupação central dos diferentes projetos de organização nacional que as elites intelectuais e políticas debateram na segunda metade do século passado. Cada um desses projetos era uma proposta de relação entre povoação, território, organização social, sistema político e formas de vida (Halperín Donghi 1982). Desde então, toda leitura da *crise argentina* teve que tematizar o caráter imperfeito dessa relação. Uma nação dividida. Uma sociedade mal integrada. Esse era também o diagnóstico compartilhado por todas as formulações sobre as *causas* do peronismo: ele era revelador da *persistência* da *crise argentina*.

17. Trata-se de um mecanismo semelhante ao observado por Weber: para legitimar-se, toda profecia deve incorporar motivos das religiões já estabelecidas (1968: 345-47 e 356-364). Também Bourdieu 1992: 290.

Entretanto, em todas as explicações do peronismo, essa busca de legitimidade nos grandes relatos sobre a *crise* argentina convivia com uma pretensão de autoridade num sentido exatamente oposto. De uma maneira ou de outra, todos também procuravam valorizar seus pontos de vista, assinalando o caráter *inédito* do *fenômeno peronista*¹⁸. O resultado foi que *enigma ancestral* e *fenômeno inédito* se converteram em dois argumentos que autorizavam a totalidade do discurso sobre o peronismo. Ao invés de se excluírem, ambos os argumentos se reforçavam, graças à presença de um terceiro elemento: a idéia de *revelação*, que permitia ver o peronismo como uma manifestação original de um drama anterior. Um drama que não era outro senão o da própria constituição da nação argentina. Para todos, o peronismo tivera a qualidade de *revelar* a crise argentina, de mostrar sua falta de integração como nação, seu caráter dividido.

Entre os relatos que tematizaram esta capacidade reveladora da crise argentina atribuída ao peronismo, talvez o mais célebre corresponda às imagens com que o escritor Ernesto Sábato (1956: 40) descreveu a noite em que Perón foi derrubado:

[...] enquanto os doutores, fazendeiros e escritores festejávamos ruidosamente na sala a queda do tirano, em um canto da cozinha vi como as duas índias que ali trabalhavam tinham os olhos empapados de lágrimas [...] Que caracterização mais nítida do drama de nossa pátria do que aquela cena dupla, quase exemplar?

Foi este o registro compartilhado pelas diversas interpretações do peronismo, um fundo comum em que ainda se aproximavam aquelas versões que se opunham mais radicalmente no terreno da política. Num extremo, estava a versão daqueles que, num momento de derrota, identificando-se como *peronistas*, valorizavam negativamente a crise e positivamente o peronismo¹⁹. No extremo oposto, estava a versão dos que, num momento

18. Realizava-se assim uma estratégia de autovalorização comum nas lutas simbólicas: quanto maior é o êxito na construção de um "enigma" como "misterioso", "complexo" ou "inédito", maior pode ser o reconhecimento reclamado pelos agentes sociais que se dizem capazes de "desvelá-lo".

19. Na versão de Arturo Jauretche, por exemplo, enquanto uma Argentina merecia condenação — a Argentina da *intelligentzia*, que se opusera à *experiência peronista* —, as esperanças de redenção eram depositadas na outra Argentina (*real*): "É que existem duas argentinas

de vitória política, se identificavam como *não peronistas*, valorizando negativamente o peronismo e positivamente a crise — uma crise cuja "profundidade" já permitia a alguns imaginar possíveis formas de superação²⁰.

Pode-se ver como, na dimensão propriamente discursiva, esses argumentos que relacionavam o peronismo com os relatos sobre a crise argentina sancionavam a existência do próprio peronismo, atribuindo-lhe um lugar na história nacional. A impressionante unanimidade em que coincidiam, a esse respeito, *peronistas* e *não peronistas* teve o efeito de reforçar a eficácia performativa da totalidade do discurso: ela também criava o *peronismo*²¹.

Maestros e especialistas

No período que antecedeu a fundação, na Argentina, do primeiro Departamento de Sociologia — na UBA, em 1956 —, o campo intelectual do país esteve dominado pelas correntes de pensamento que haviam sido protagonistas da "reação antipositivista" no primeiro quarto do século. Desde a Reforma Universitária de 1918, a figura de intelectual mais valori-

paralelas: uma, a da realidade, que se elabora à margem dos estratos formais, e outra, a das formas, que tenta condicioná-la e contê-la em sua expressão natural [...] (1958: 29). A Jorge Abelardo Ramos (1956) coube o mérito de oferecer a formulação extrema neste registro. Situando o começo de seu relato na Espanha do século XVI, Ramos agrupou os personagens e os acontecimentos da história nacional em dois pólos, cada um acompanhado de um grupo de adjetivos: do lado positivo, a Argentina da *revolução* e suas figuras viris, astutas, jovens, prudentes, rebeldes, tradicionais; e, do lado negativo, a Argentina da contra-revolução e seus protagonistas, efeminados, ociosos, ineptos, conformistas, europeístas, exclusivistas.

20. Depois de perguntar-se "que fazer com o povo que deu seu apoio à ditadura sangrenta?", Bernardo Canal Feijóo respondia: "Essa realidade de fundo [as massas] deve ser integrada sobre outras bases, para que [assim] encontre sua cidadania este conglomerado humano flutuante, sempre disposto a ceder ao feitiço dos caudilhos" (1955: 73-80). Por sua vez, em suas "Notas sobre la crisis argentina", Héctor Murena assegurava que o peronismo se revelara como a "crise das crises". Em uma Argentina em que "só há dicotomias", dizia, "só depois de tocar as plataformas submarinas da crise é que se estará em condições de constituir uma verdadeira comunidade" (1955: 78).
21. Para uma análise específica das relações entre as interpretações do peronismo propostas pela sociologia científica e as propostas por alguns "intelectuais peronistas", focalizando os projetos alternativos de nação, cf. Neiburg 1995.

zada nos círculos das elites fora o *maestro*, que somava à sua origem social elevada, e ao fato de que suas atividades não se restringiam à universidade, o reconhecimento social de uma série de atributos: o *maestro* era um "sábio" que, com "o exemplo de sua vida", cumpria uma "função pedagógica" diante de seus "discípulos".

A nova figura social proposta pela sociologia somava uma série de atributos claramente distintos: o sociólogo era um *especialista*, não um erudito; seu campo de interesse era menos universalista; e sua atividade se concentrava na universidade. Por outro lado, sua origem social mais baixa revelava propriedades sociais também diferentes daquelas dos *maestros*. Do ponto de vista dos *especialistas*, os ensaios escritos pelos *maestros* eram *pré-sociologia*. Sua presença, em troca, anunciava o nascimento da *sociologia científica*²².

Todas as referências à *sociologia científica* argentina reconhecem Gino Germani como seu "herói fundador". Nascido na Itália, Germani chegou exilado ao país em 1934, quando tinha 23 anos e um título em Administração Pública outorgado pela Universidade de Roma. Entre 1938 e 1946, fez estudos de filosofia na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA²³. Em 1946 saiu da Universidade, mantendo contatos com os mesmos círculos *liberais* que o haviam acolhido ao chegar ao país e que agora eram ardorosos opositores de Perón, no qual viam uma manifestação local, embora tardia, do fascismo europeu.

Depois da queda de Perón, Germani foi convidado pelas novas autoridades a participar da reforma da universidade pós-peronista, sendo nomeado chefe do novo Departamento de Sociologia. Desse posto — e rodeado por um pequeno grupo de aliados — empreendeu uma variedade de estratégias de legitimação da nova disciplina, que ganhava espaço entre as correntes de

22. Uma análise dos conteúdos das relações entre os valores e as propriedades sociais atribuídos às figuras de *maestros* e *especialistas*, pode ser lida em Neiburg 1993: 173-182 e 305-319.

23. Depois da morte de Germani, em 1979, foram publicadas duas notas necrológicas, nas quais se afirma que, pouco antes de 1945, ele recebeu o título máximo de "doutor" em Filosofia e Letras (Di Tella 1979 e Kahl 1981). Não obstante, a divulgação recente de notas autobiográficas do próprio Germani (1992) confirma a versão de Jorge Graciarena (entrevista a Neiburg, 1992), no sentido de que ele somente havia completado o curso de graduação.

"modernização" cultural argentina nos anos 60. Ao mesmo tempo, lançou uma ampla estratégia de alianças com o exterior do país, estimulada pelo movimento de expansão para a América Latina, que na época era impulsionado pela sociologia dominante nas universidades dos Estados Unidos. Em pouco tempo, a sociologia argentina e a figura de Germani se transformaram em símbolos da nova disciplina no continente²⁴.

Está claro que o êxito desta inovação intelectual não pode ser atribuído a um só conjunto de causas, isto é, à "influência" da poderosa academia americana, ou à vitória da "revolução democrática". Antes de expor alguns aspectos propriamente sociológicos do processo de constituição da sociologia, vou me deter no estudo de uma dimensão mais estritamente discursiva. Isso me permitirá mostrar como na base do êxito da nova disciplina — a eficácia com que conseguiu se impor como uma visão "científica" da sociedade argentina — houve um jogo complexo de cumplicidades entre os objetos que ela propôs como os da sociologia e os problemas impostos pela sociedade e pela política. A *sociologia científica* se legitimou consagrando a sua interpretação como a explicação sociológica do *peronismo*. E, ao mesmo tempo, o reconhecimento alcançado por ela produziu um efeito de legitimação científica do mito sobre a *crise argentina* e sua última manifestação: o *peronismo*.

A base social

Havia nos trabalhos de Germani dois relatos da história nacional. O primeiro era uma história social cujo tema eram as relações entre estrutura demográfica e organização social. A história argentina aparecia dividida em duas etapas. Uma começava em 1895, com a chegada ao país de uma enor-

24. Os trabalhos de Germani passaram a integrar as bibliografias obrigatórias dos cursos de sociologia e dos artigos sobre questões sociais na América Latina. Ele e seus aliados ocuparam importantes posições nas instituições relacionadas com as ciências sociais criadas no continente nos anos 60: Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), Instituto Latino-americano de Pesquisa (Rio de Janeiro), Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES, Buenos Aires), Instituto Torcuato Di Tella (Buenos Aires); também fundaram e integraram os conselhos editoriais de importantes publicações, como, por exemplo, a *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*.

me massa de imigrantes europeus, e terminava em 1930, com a "integração" e a "nacionalização" dessa imigração²⁵. A outra etapa chegava até 1943, ano da ascensão do peronismo. Suas marcas eram a crise da agricultura tradicional e o desenvolvimento industrial; as bases de um novo movimento populacional; a migração do campo para a cidade, a invasão dos centros urbanos por um tipo de estrangeiro *sui generis*, que não vinha do outro lado do oceano, mas daquela "outra" Argentina, rural e tradicional. Essa nova população não se integrou à classe média urbana, como aconteceu com os europeus: formou uma *nova classe operária*²⁶.

O segundo relato de Germani era uma história política e sua categoria-chave era a *integração*. Ela servia para construir uma versão da história cujo fio condutor era a relação entre mudanças morfológicas e sistema político; ou, mais precisamente, a relação entre as diferentes "formas de integração social" e as diferentes modalidades de "participação política" dos novos grupos sociais. Depois de descrever, em uma sucessão de estágios, as etapas da "transição" da "sociedade tradicional" para a "moderna", seu diagnóstico era concludente: desde os anos 30 a transição do país para a modernidade enfrentava enormes dificuldades. A imigração estrangeira havia diminuído. O rápido crescimento industrial fora acompanhado por uma massificação das migrações do campo para as grandes cidades. A rapidez e a profundidade das mudanças provocaram uma insuficiência ou uma *falta de integração* dos novos grupos. Tinha sido esta a base para a realização de uma das possibilidades negativas abertas pelo "desenvolvimento": a "experiência totalitária", o regime peronista.

A bem da verdade, a versão de Germani se preocupava menos em pensar no desenvolvimento e muito mais em seus "obstáculos": o "problema da transição". Em termos discursivos, essa preocupação era também outro modo — um modo "sociológico" — de formular as dificuldades de consti-

25. Germani mostrava que entre 1869 e 1914 a proporção de estrangeiros no país passou de 16,6% para mais de 30%, ao que se somava a centralização do fluxo migratório para a cidade de Buenos Aires, onde entre 1869 e 1947 residiam mais de 40% do total de estrangeiros. Sua primeira formulação a esse respeito pode ser encontrada em Germani 1952a: 574-577. As análises mais completas estão em Germani 1955: 218-225 e 1962: 248 ss.

26. Entre 1935 e 1947, deslocaram-se do interior do país para as grandes cidades (e em especial para Buenos Aires) pouco mais de um milhão de pessoas, ou seja, 20% da população total do país (Germani 1955, cap. 5).

tuição da nação argentina. Subjacente à sua descrição dos obstáculos que impediam a transição para a modernidade e serviam para explicar a "natureza" do peronismo, encontrava-se também uma noção ao mesmo tempo histórica e aistórica: o peronismo era o resultado da "sobrevivência" da sociedade tradicional dentro da moderna. De fato, a *sociologia científica* descrevia o peronismo como o resultado de uma assincronia²⁷: migrantes rurais chegaram às cidades, integraram-se fragilmente em seu novo meio social e começaram a se proletarizar; conseguiram uma integração econômica, mas não se integraram politicamente. A crise de identidade e de valores — e a ausência de reconhecimento por parte do meio social receptor — colocou-os em uma situação de "disponibilidade", propícia à emergência de um líder "autoritário". O caudilho triunfou graças à sua empatia com a cultura de origem dos migrantes — saídos de uma sociedade patriarcal tradicional²⁸. A descrição mais completa — e talvez menos sutil — das características culturais atribuídas a essa "base social do autoritarismo" é encontrada num artigo de Seymour Martin Lipset, editado em 1960, junto com outro do próprio Germani, em uma publicação sobre "Ideologías autoritarias y estratificación social":

A tendência a ver a política e as relações pessoais em termos de branco ou preto [...]; um desejo de atuar de modo imediato, sem reflexão crítica [...]; impaciência na conversação e na discussão [...]; falta de interesse por organizações que tenham uma perspectiva política gradual e de longo alcance, e uma predisposição a seguir líderes que oferecem uma interpretação demonológica de forças presumivelmente conspiratórias, sejam religiosas ou políticas²⁹.

-
27. Sobre o papel da noção de assincronia no modelo de Germani, cf. De Ipola 1989: 336.
28. A análise de Germani sobre a formação de uma "nova classe operária" de origem rural — em oposição à "velha classe operária" de origem européia — tornou-se uma referência obrigatória na literatura sobre trabalhadores industriais na América Latina. O mesmo aconteceu com sua versão sobre as "origens" do *peronismo* na literatura sobre a "base social dos populismos" e nas discussões da época sobre comportamentos "autoritários", que costumavam buscar "semelhanças e diferenças" entre o fascismo europeu — que Germani conhecera na Itália — e os "populismos" dos países em desenvolvimento. O tema do último livro publicado em vida por Germani (1978) revela a persistência desta preocupação.
29. Lipset & Germani 1960: 391. Junto com o modelo de Redfield sobre a sociedade *folk* e a pequena tradição, esta foi a linha de análise seguida por Di Tella para descrever o modo

A descrição que os "intelectuais peronistas" faziam das características culturais da base social do peronismo coincidia em grande parte com a dos seus adversários políticos, embora atribuindo a essas características um valor exatamente inverso. A base social do peronismo era, também para eles, a classe operária de origem rural³⁰. Os migrantes internos faziam parte de um "proletariado nacionalizado", eram

a Argentina submersa que transborda para as cidades e o velho sindicalismo [...] que] ignora e não se interessa pelas ideologias transferidas da Europa [...] É o setor operário de uma sociedade em ascensão [...] que tem a consciência de sua falta de destino³¹.

Depois da revolução antiperonista de 1955, às versões dos intelectuais derrotados só restava a alternativa de falar sobre a "falta de destino" da base social do peronismo. A versão de Germani, ao contrário, era produzida do lado dos vitoriosos. Por essa razão, estava especialmente interessada em mostrar a necessidade de um futuro melhor, a possibilidade de construir a nação sobre novas bases. Se a demografia havia servido como ferramenta para diagnosticar as mudanças na morfologia social do país, a sociologia se servia agora de uma teoria de mudança social ligada ao desenvolvimento econômico para atribuir um sentido positivo às transformações³². Embora desempenhando funções distintas, demografia e economia eram os dois

de vida rural no qual tinha sua origem a nova classe operária que devia se integrar ao sistema político argentino: "um mundo de grandes contrastes, onde há bons e maus, uns são leais, outros traidores, há partidários e há inimigos" (Di Tella 1964: 14 e cap. 2).

30. É muito significativo, como indicador da legitimação social alcançada pela *sociologia científica*, o fato de que alguns intelectuais simpatizantes do peronismo e contrários ao "método científico" utilizado por Germani tenham chegado a citar suas obras para dar autoridade a suas próprias interpretações (por exemplo, Sebrelli 1964 e Jauretche 1966).
31. Jauretche 1966: 211. A categoria que passou a concentrar todos os aspectos positivos atribuídos à base social do peronismo pelos intelectuais peronistas foi *cabecita negra* (por exemplo, Hernández Arregui 1960: 285 e Ratier 1969).
32. Legitimando sua proposta com o uso de algumas categorias então dominantes nas ciências sociais americanas: a teoria do "*continuum* folk-urbano" (Redfield), a teoria do "crescimento econômico" (Rostow) e as formulações sobre "desenvolvimento" e "mobilidade social" — popularizadas por autores como Merton, Bendix ou Lipset nos EUA, e Florestan Fernandes, ou o próprio Germani, na América Latina.

pilares em que se fundamentava uma proposta política que reivindicava a autoridade de *ciência*:

A chamada "desperonização" da massa das classes operárias argentinas constitui um problema [...] que se refere inegavelmente a uma questão de educação e informação [...] porém por si só este aspecto seria incompleto e insuficiente. O que se precisa a este respeito não está de modo algum numa *mudança de mentalidade*, mas em *oferecer à ação política dessas massas uma mudança de possibilidades que lhes permita alcançar seus objetivos "reais"* [...] A imensa tarefa a realizar consiste em obter [a integração política das massas] porém *vinculando-a de maneira indissolúvel à teoria e à prática da democracia e da liberdade*³³.

O mito da origem e sua versão científica

Se o *peronismo* é uma categoria cuja maior unanimidade é a de ser objeto de polêmicas, nunca essas polêmicas foram tão violentas como logo após o golpe de estado de 1955, e nada provocou mais dissensão do que as diferentes versões de seu mito de origem: a descrição do significado do 17 de outubro de 1945.

Em meados de 1945, Perón acumulava os cargos de Secretário de Trabalho, Ministro da Guerra e Vice-presidente da nação em um governo militar apossado pela oposição. Seus aliados militares decidiram mostrar a vontade de negociar uma saída para a crise, destituindo e encarcerando o coronel em 12 de outubro. A partir deste ponto, qualquer descrição dos acontecimentos corre o risco de subscrever alguma das versões do mito. Num extremo, uns dizem que, como parte de uma hábil manobra, Perón se retirou para preparar seu retorno triunfal. No extremo oposto, outros argumentam que foi resgatado da prisão por uma enorme mobilização popular, que selou o seu destino como líder dos trabalhadores. Independentemente de que ainda hoje na Argentina não faltam candidatos a se empenhar em discussões sobre "quanta gente havia de fato" na Praça de Maio naquela ocasi-

33. Germani 1956: 336-337 (as palavras estão grifadas no original). Um tema que imprimia sua marca particular a cada uma das opções *peronizadoras* ou *desperonizadoras* era essa distinção — aparentada com a noção de "ideologia" utilizada por alguns setores da "esquerda" — entre objetivos "aparentes" e "reais" da base social do peronismo.

ão, o certo é que na noite do 17 de outubro Perón pronunciou um discurso da janela do palácio do governo para um público que — seja qual tenha sido o número "real" — o reconhecia como seu líder. Um dos resultados concretos das jornadas de outubro de 1945 foi a transformação de Perón em candidato a Presidente da nação nas eleições que venceu quatro meses mais tarde, em fevereiro de 1946.

Vários são os pontos em que se diferenciam os relatos. As manifestações de apoio ao coronel foram mesmo maciças, ou isso foi uma criação posterior da propaganda do regime?³⁴ Quem foi que se mobilizou? Foi o "povo de verdade"? Foi a classe operária da Grande Buenos Aires, "consciente de seus direitos", ou foram em sua maioria lumpens desocupados, estimulados por agitadores?³⁵ Como explicar as mobilizações? Terão elas sido espontâneas ou organizadas pelos dirigentes sindicais?³⁶

34. Num extremo, a descrição de uma explosão revolucionária da "Argentina profunda": "[...] um pujante palpitar sacudia as entranhas da cidade. Um hálito áspero crescia nas fumaças densas das chaminés, enquanto as multidões continuavam chegando. Vinham das usinas de Puerto Nuevo, das oficinas de Chacarita e Villa Lugano [...]. Brotavam dos pântanos de Gerli e Avellaneda ou desciam de Lomas de Zamora. Irmanados no mesmo grito e na mesma fé, iam o peão rural de Cañuelas e o torneiro de precisão, o fundidor, o mecânico de automóveis, o tecelão, o fiandeiro e o empregado do comércio. Era o cimento básico da Nação que surgia, como surgem as épocas passadas da terra depois de um terremoto" (Scalabrini Ortíz 1946: 37). No outro extremo, a idéia de que tudo não foi mais do que uma "ilusão cômica" (Borges 1955).
35. Num extremo: "o proletariado que desencadeou a greve revolucionária dos dias 17 e 18 de outubro de 1945 agiu movido por dois imperativos aparentemente antagônicos, provenientes de sua própria natureza de classe, isto é, que não foram impostos por nenhuma força exterior a ele: a espontaneidade e a autoconsciência [...]. Foi a explosão do *pathos* proletário que despertou nos grevistas a autoconsciência de que eles e somente eles podiam evitar a perda de suas conquistas" (Puiggrós 1971: 179-180). No outro extremo: "Os operários, como sempre se definiram nossos homens de trabalho, aqueles que há anos sustentam e sustentaram suas organizações sindicais e suas lutas contra o capital [...], não estavam ali. Esta é uma verdade inquestionável e pública, que não pode ser desmentida: se pararam seu trabalho na quarta e na quinta-feira não foi por autodeterminação, mas por imposição de grupos anteriores, amparados e estimulados pela polícia" (*La Vanguardia*, 23/10/45, transcrito em James 1987).
36. As descrições contraditórias de dois sindicalistas servem de ilustração. De um lado, o relato da "entrada espontânea na vida política" de uma nova classe operária: "Respondem que em Avellaneda, em Lanus, o povo está vindo para o centro. 'Como?', perguntamos. 'Sim', responderam, 'não sabemos quem deu a ordem, mas todo mundo está cami-

Surgimento de uma liderança "popular revolucionária", emergência de uma "ditadura bonapartista", nascimento de uma experiência "nacional-populista", um equivalente à marcha do Duce sobre Roma; ou o testemunho do monstruoso ritual de consagração de um gênio maligno, todas as versões coincidem em assinalar o 17 de outubro de 1945 como um dos *momentos fortes da crise* permanente do país, uma *jornada reveladora das duas Argentinas*, o símbolo de uma proposta — positiva ou negativa — de constituição da nação. Todas elas descrevem essa jornada como o encontro entre um *líder* e sua *base social*; o momento em que o *povo* fez sua *entrada* na política nacional, quando uma nova classe operária de origem rural se constituiu em ator político — consciente de seus direitos, numa versão; alienada pela cultura paternalista, na outra. Desse ponto de vista, podem ser observadas as assimetrias entre as duas descrições seguintes. A primeira é a de um intelectual definido como "militante" político, contrário à ciência" e "simpático" ao peronismo:

No 17 de outubro, declara-se a greve geral. Uma fábrica após a outra soma-se à luta. De um modo aparentemente espontâneo, porém gestado em um longo processo, grandes massas se dispõem a dar seu veredito diante da crise institucional. Buenos Aires é ocupada por centenas de milhares de trabalhadores enfurecidos. Suas metas são primitivas porém inequívocas [...] As manifestações operárias confluem para a Praça de Maio [...] inauguravam um novo capítulo na história argentina [...] Nunca se havia visto coisa igual, exceto quando os montoneros de López e Ramírez, de bombacha e facão, ataram seus cavalos na Pirâmide de Maio, aquele dia inesquecível do ano de 1920 [Ramos 1956: 413-14].

A segunda descrição é a do "pai" da *sociologia científica*, que considerava o *peronismo* como um *ersatz* de participação para a nova classe operária:

nhando há algumas horas em direção a Buenos Aires" (Perelman 1961: 83). Do outro lado, a descrição da atividade consciente de alguns líderes sindicais (e de outras figuras, como especialmente Eva Perón): "Em todos os lugares onde estávamos organizando nossas forças maciças como preparação para aquele grande acontecimento do 17 de outubro, produziam-se escaramuças ou enfrentamentos de grupos operários ativistas ou comitês de greve com a polícia" (Reyes 1984: 221).

O 17 de outubro marca uma verdadeira encruzilhada na história argentina [...] O que sucedeu nesse dia resume o papel e o peso de cada fator: por um lado, o processo da mobilização social e o impacto do deslocamento produzido nos estratos populares, assim como também em sua composição; de outro lado, a contribuição de uma fração de velhos quadros sindicais [...] O 17 de outubro foi a expressão de um movimento de massas de alto grau de espontaneidade [...] *todo* o movimento nas ruas, fenômeno que assumiu um papel decisivo, se devia quase exclusivamente aos "novos operários". Os dirigentes e as organizações foram ultrapassados pela ação coletiva das massas [Germani 1973: 478-80 — as palavras estão grifadas no original].

A literatura antropológica tem mostrado a importância de se indagar o que no discurso mítico se esconde por trás daquilo que os próprios mitos reconhecem como seu objeto. Dirigindo essa observação geral para o objeto deste artigo, creio que veremos duas indicações se definirem. Em primeiro lugar, que o caminho para descobrir a verdadeira riqueza das diferentes versões do mito da origem do peronismo pode não estar no exame de seus acordos e desacordos explícitos. Em segundo lugar que, para se compreender mais profundamente o mito, deve-se analisar seriamente aquilo que as diferentes versões assinalam sobre as relações e conflitos sociais que uniam e separavam seus produtores. Assim, é útil distinguir a dimensão dos acordos e a das diferenças entre as distintas versões³⁷.

De um lado, a unanimidade das descrições do 17 de outubro reside no fato de que todas elas tematizam as relações entre *líder* e *base social*, atribuindo um lugar privilegiado às representações sobre o *povo*. São essas representações intelectuais sobre o *povo* que, por sua vez, dão sentido às diferentes interpretações das origens e da natureza do peronismo que compõem o mito³⁸.

Do outro lado, na conjuntura da pós-revolução anti-peronista, as diferentes versões do mito falavam tanto do peronismo e de sua *base social* como dos próprios produtores dos relatos e de suas lutas. Por trás de cada

37. Pode-se ver como, neste caso, o exame da lógica do mito e de suas diferentes versões indica o caminho e a rentabilidade de um estudo sociológico: assim se poderá compreender o que está em jogo nas *diferenças* entre as versões —, ao contrário da análise estrutural, mais preocupada com os *acordos* entre elas.

38. Sobre as representações intelectuais de *povo* e *nação* nas versões do mito de origem do peronismo, cf. Neiburg 1995.

versão do mito, podem se descobrir as apostas políticas e intelectuais dos que as formulavam. Essas apostas estavam contidas no lugar que eles outorgavam à noção de *disponibilidade* e, sobretudo, nas categorias utilizadas para se referirem a essa *base social* e a si mesmos — enquanto produtores de representações sociais cuja identidade se definia nas relações com ela. Assim, as categorias que serviam para falar da *base social* — como *povo*, *trabalhadores*, *nova classe operária*, *proletariado*, *lumpen-proletariado*, *cabecitas negras*, *descamisados*, *massas* — sempre eram associadas às representações de seus produtores sobre si mesmos: *vanguardistas*, *anti-intelectualistas* e, inclusive, as representações daqueles que — como os novos *sociólogos científicos* — se viam como *agentes modernizadores* ou *educadores democráticos*.

A *sociologia científica* argentina nasceu no contexto dessas lutas de classificação³⁹. Entretanto, o êxito dos sociólogos em se constituir como uma nova ortodoxia no campo intelectual argentino⁴⁰ não deve ser apenas atribuído ao efeito de legitimação científica que sua versão proporcionou à totalidade do discurso sobre o *peronismo*. Minha leitura do mito da origem do *peronismo* procura mostrar, através do exame de suas diferentes versões, o caminho para uma compreensão mais profunda. A tematização que os relatos fazem das relações entre *intelectuais* e *povo* indica a produtividade de uma reflexão sobre alguns traços das relações entre campo intelectual e campo político, estudando as relações entre elites sociais e elites intelectuais.

39. Sobre a noção *lutas de classificação*, cf. Bourdieu 1982, parte 2.

40. Um testemunho da transformação da *sociologia científica* em uma nova ortodoxia foi o reconhecimento da existência de um debate "acadêmico" sobre as "origens" e a "natureza" do *peronismo*, quando, no final dos anos 60, alguns sociólogos e historiadores — entre os argentinos, alguns discípulos de Germani — opuseram à interpretação "ortodoxa" deste a sua própria interpretação "revisionista". Embora exceda as possibilidades deste artigo mostrar os efeitos de *longa duração* que a constituição dessa problemática teve sobre os debates acadêmicos posteriores, interessa-me assinalar que, neles, as explicações do 17 de outubro continuaram tendo um lugar destacado, continuaram a funcionar como prova.

Exclusão política e acumulação intelectual

Na década de 1930, o campo intelectual argentino oferecia uma imagem relativamente nítida de suas polaridades e dos critérios políticos que serviam para definir suas identidades. A ascensão do fascismo na Europa, a consolidação do comunismo na União Soviética, a Guerra Civil Espanhola e a II Guerra Mundial ofereciam um repertório de argumentos que permitiram definir dois pólos político-culturais: de um lado, um *nacionalismo* fortemente católico e autoritário; do outro, um *liberalismo* progressista e cosmopolita. Cada um deles possuía suas próprias publicações e suas próprias instâncias de reunião, consagração e recrutamento⁴¹.

Uma instituição do pólo *liberal* foi especialmente importante na "pré-história" da *sociologia científica*: o Colégio Livre de Estudos Superiores (CLES). Fundado em 1930 por um grupo de intelectuais reconhecidos como opositores ao governo militar de então, o Colégio empreendeu uma variedade de atividades culturais centradas na realização de cursos e conferências sobre diversos temas — que iam de agronomia e engenharia até literatura, psicologia, história ou filosofia. Porém o CLES — que nunca concedeu títulos acadêmicos — era muito mais do que uma "universidade livre", opositora da universidade controlada por um governo de inclinações cada vez mais acentuadamente fascistas. Era também — e talvez fundamentalmente — um cenário para o encontro entre dirigentes políticos, integrantes das elites econômicas, intelectuais consagrados e jovens recrutados. A variedade de atividades da instituição e as características sociais de seus participantes — considerando desde os seus mecenas até o seu público — revela que ela era um lugar para a reunião de grupos das elites interessados em debater projetos alternativos para o país⁴².

41. Para alguns aspectos do campo intelectual na primeira metade do século, cf. Altamirano & Sarlo 1983 e Sarlo 1988. Para um período posterior, cf. Sigal 1991, Terán 1991 e Altamirano 1992.

42. As freqüentes referências ao CLES na literatura contrastam com a ausência de trabalhos sociológicos que o tenham tomado como objeto. Enquanto a produção de tendência panfletária se referiu a ele como um "centro irradiador de cultura liberal" ou como o "campo de operações da esquerda antinacional" (Hernández Arregui 1957: 161), as vozes identificadas com essa cultura liberal o qualificaram como uma instituição "antifascista" e se preocuparam em mostrar como, durante a década peronista, desempenhou algumas das funções que a universidade — controlada pelo "autoritarismo anti-reformista" — não podia cumprir.

A importância dessa instituição pode ser ilustrada se observarmos algumas características dos integrantes de sua direção. No ano de 1940, entre seus 50 membros, 26 eram professores universitários, nove eram senadores ou deputados — incluindo alguns que haviam sido candidatos à presidência e à vice-presidência do país —, oito eram ministros, secretários de estado ou embaixadores, e cinco eram proprietários de grandes indústrias ou grandes comerciantes⁴³.

O estouro da II Guerra Mundial imprimiu às atividades do CLES um caráter cada vez mais claramente político. Enquanto estendia sua ação ao interior do país, por meio da criação de filiais, em suas publicações podia-se ler a formulação explícita de seu objetivo: elaborar "um projeto de nação para a Argentina do após-guerra"⁴⁴. Coerentes com esta retórica eram as categorias usadas nas referências à figura que mais se fortalecia no governo militar. O coronel Perón era um Mussolini sul-americano e eles, intelectuais dispostos a enfrentá-lo, estavam entre os representantes locais dos "aliados".

As jornadas de outubro de 1945 pareceram não inquietar os integrantes da instituição. Eles não duvidavam que a vitória aliada na Europa logo se faria sentir no Rio da Prata. Nas eleições de 1946, uma boa parte dos candidatos da frente opositora a Perón, a Unión Democrática, tinha relações com o Colégio ou integrava a sua direção — incluindo o próprio candidato a presidente da nação que competia com Perón: José P. Tamborini. Uma derrota eleitoral era algo inconcebível para eles e, quando se produziu, provocou um verdadeiro terremoto. A história parecia exigir que reconside-

Por sua vez, a literatura de tendência mais acadêmica, apoiando-se nas representações transmitidas por alguns de seus frequentadores, limitou-se a assinalar a importância da instituição entre os círculos opositores ao peronismo (por exemplo, Sigal 1991: 63-74 e o testemunho de Murmis, em Toer 1988, vol. I, p. 24).

43. Uma análise das relações entre elites intelectuais e elites sociais na Argentina entre 1935 e 1955 através da história da instituição e de sua publicação principal, *Cursos y Conferencias*, pode ser lida em Neiburg 1993, cap. 4.

44. Para levar adiante essa tarefa, o Colégio reorganizou suas atividades fundando diversas "cátedras", batizadas com os nomes de personagens da história nacional inscritos na tradição reivindicada — ou, no sentido de Hobsbawm (1983), "inventada" — por eles e coordenadas por comitês organizadores, integrados por intelectuais ou políticos de renome. Entre as que se inauguraram durante a década de 40 estavam as cátedras de Educação ("Sarmiento"), Filosofia ("Alejandro Korn"), História ("Mitre"), Economia ("Lisandro de la Torre"), Ciências Jurídicas ("Alberdi") e Pesquisa e Orientação Artística.

rassem os sistemas de classificação que haviam orientado sua ação e sua reflexão sobre o país. A isso foram dedicadas, durante a década peronista, as atividades do Colégio, integrando muitos daqueles que haviam sido excluídos das instituições de produção cultural controladas pelo governo, especialmente da universidade⁴⁵.

Embora em 1952 o governo peronista tenha fechado a sede central de Buenos Aires, o Colégio continuou fazendo ouvir sua voz opositora desde o interior do país. Depois da revolução que em 1955 derrubou Perón, suas atividades começaram a definharem, até que afinal fechou suas portas em 1961. Um dado sugere a causa. Dos 61 integrantes da direção do CLES em 1950, depois de 1955 nove se tornaram ministros de Estado ou congressistas, seis foram nomeados decanos de faculdades ou reitores de universidades estatais e 28 passaram a ser professores titulares, chefes de institutos ou de departamentos.

Gino Germani havia se integrado à UBA em 1942, ligando-se ao grupo do historiador Ricardo Levene, uma das figuras mais destacadas da historiografia argentina da época. Durante os quatro anos seguintes, trabalhou na Faculdade de Filosofia e Letras, no Instituto de Sociologia que havia sido criado por Levene em 1940⁴⁶. Foi no decorrer desse período que Germani

45. É importante ter presente que até 1958 todas as universidades argentinas eram estatais. Os dados a seguir ilustram as relações entre o CLES e a universidade durante o governo de Perón: enquanto até 1943 52% dos integrantes da direção do Colégio eram professores universitários e 16% exerciam cargos de chefia na universidade, depois de 1946 a situação era acentuadamente diferente: apenas 5% eram professores e 1,6% ocupavam cargos de chefia na universidade. A isto se deve acrescentar o dado significativo da diminuição relativa do capital cultural e econômico dos integrantes da direção no período posterior a 1946 (Neiburg 1993: 358-361). Por sua vez, alguns autores afirmaram que no ano de 1946, e somente na UBA, foram excluídos 1.250 professores, 825 renunciaram e 423 foram expulsos (Mangone & Warley 1981: 59).

46. Nascido em Buenos Aires em 1885, em uma família de considerável capital econômico e boas articulações sociais, Levene havia seguido os passos de seu pai, graduando-se em 1906 na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da UBA. A partir daí realizou uma carreira brilhante nos meios universitários, participando das instituições acadêmicas mais importantes do país. Depois de 1930 tornou-se diretor do Instituto de História da FFyL, diretor do Instituto de História do Direito da Faculdade de Direito e Ciências Sociais e, também, diretor do Instituto de História Política da Universidade Nacional de La Plata, da qual foi reitor durante dois períodos consecutivos naquela década. Por outro lado, desde 1914 era professor da Escola Superior de Guerra e em 1945 foi presidente da Academia Nacional de

começou a estudar as mudanças na morfologia social argentina, ao mesmo tempo que assessorava a Comissão que preparava o IV Censo Nacional. Apesar de conseguir fazer valer sua destreza no manejo das estatísticas — fruto de sua experiência como contador —, sua atividade era de certa forma marginal ao interesse central do diretor do Instituto e da maior parte de seus integrantes, orientados para o estudo mais "erudito" das idéias políticas argentinas.

Entretanto, a dinâmica das mudanças políticas e a violência com que a política interferira no campo da produção cultural geraram as condições que permitiram a Germani realizar uma trajetória ascendente, lançando as bases para construir sua própria figura como a do "sociólogo" da Argentina e para, ao final de dez anos, aparecer como o candidato "natural" à chefia do Departamento de Sociologia, criado na UBA em 1956.

Sua trajetória durante esse período pode ser acompanhada através dos primeiros contatos que manteve com o CLES e de suas atividades dentro dessa instituição⁴⁷. Sua aproximação do Colégio coincidiu com sua saída da universidade em 1946, quando se viu obrigado a estreitar relações com os círculos que faziam oposição ao regime — integrados por outros indivíduos excluídos dos espaços de produção cultural controlados pelo governo. Depois de pronunciar sua primeira conferência na sede do CLES em Buenos Aires em 1946 — com o sugestivo título "Esboço de uma psicologia social em uma época de crise" —, sua participação na instituição foi constante e se concentrou em duas direções: de um lado, estudar a estrutura social argentina; do outro, divulgar a eficácia das novas ferramentas da "ciência social", ao que dedicava seminários sobre métodos e técnicas de investigação. Embora seus cursos e conferências não estivessem entre as que atraíam um público maior, sempre reuniam o mesmo grupo de jovens estudantes, alguns

História. Em 1938, Levene reassumiu também a cátedra de Sociologia que ocupava na FFyL desde 1924 e da qual se afastara por problemas políticos com os grupos nacionalistas que ocuparam a universidade depois do golpe de estado de 1930.

47. Os caminhos que levaram Germani ao CLES revelam a dinâmica que animava os círculos de intelectuais excluídos dos espaços de produção cultural controlados pelo governo peronista e que se opunham a ele. E, mais concretamente, são reveladores das trajetórias dos intelectuais de menor renome, que percorriam as províncias em busca de trabalho e de auditórios (Neiburg 1993, cap. 5).

dos quais estariam entre os primeiros recrutados pelo Departamento de Sociologia depois de 1956.

Pelos trabalhos que publicou nesse período, pode-se descobrir o tipo de operação em que Germani estava envolvido. Ele anunciava que a aparição de um fenômeno político novo como o *peronismo* requeria novas formas de compreensão do social, e qualificava as formas anteriores como "irracionalismos", "excessos de reação antipositivista", "pré-sociologia". Alguns dos *ensaistas* que chegou a atacar até mesmo com fúria eram, ao mesmo tempo, seus aliados políticos, com os quais compartilhava dos mesmos círculos sociais e culturais, membros renomados do CLES⁴⁸. A violência com que a política havia interferido no campo da produção cultural permitia a Germani uma estratégia dupla. Contando com o apoio de seus aliados, colocava-se na primeira linha do combate intelectual contra seus inimigos políticos. E ao combater os inimigos políticos comuns, acumulava forças para criar as condições propícias à construção de uma nova posição entre seus aliados, trabalhava pela legitimação de uma nova figura de intelectual, o *sociólogo científico*.

A etnografia institucional e a história social do CLES mostram de modo exemplar a dinâmica de um movimento cíclico nas relações entre campo intelectual e campo político, que se repete na Argentina desde 1930, acompanhando a dramática história da violência política nesse país. Por sua vez, o estudo da trajetória social de Gino Germani — e a "invenção" da *sociologia científica* — mostra algumas das possibilidades abertas por esse movimento cíclico. Pelo menos desde 1930, os intelectuais aliados aos vencedores no campo político excluíram sistematicamente os derrotados dos espaços controlados pelo governo dentro do campo da produção cultural, especialmente da universidade. Nos períodos de derrota, os excluídos acumularam forças no plano intelectual e político, preparando-se para, no ciclo

48. A violenta retórica de Germani contra a "tendência predominantemente filosófica" ou "especulativa" e sua defesa da necessidade de incorporar efetivamente a investigação direta da realidade às tarefas próprias da sociologia tinham dois alvos: um era o grupo de intelectuais e de inimigos políticos que então controlava os destinos da sociologia praticada na universidade (Poviña, Tecera del Franco); o outro eram alguns aliados políticos identificados com os velhos *maestros* e *ensaistas* que (como Francisco Romero), segundo sua opinião e apesar das diferenças políticas que os separavam dos primeiros, compartilhavam com eles os "excessos da reação antipositivista" (Germani 1952a, b e c).

seguinte, excluir desses espaços os seus inimigos. Enquanto isso, a própria situação de exclusão e a dinâmica de confrontos com seus inimigos políticos permitiram que indivíduos de capital social, cultural e econômico relativamente menor se beneficiassem da proximidade de seus aliados políticos, de *status* mais elevado. Dessa maneira, favorecia-se a constituição e a legitimação de heterodoxias, a invenção de novas figuras no campo de produção cultural⁴⁹.

Conclusões

Neste artigo, me propus a mostrar como, na base da constituição da *sociologia científica* na Argentina, encontra-se um processo ao mesmo tempo social e cultural. De um lado, estudei alguns aspectos das relações entre elites sociais e elites intelectuais, prestando especial atenção às possibilidades abertas para a inovação intelectual pelas relações entre campo político e campo intelectual no período anterior ao golpe de estado de 1955. De outro lado, analisei algumas cumplicidades e legitimações mútuas entre o discurso da *sociologia científica* e os temas próprios das mitologias nacionais e, em particular, a contribuição da sociologia para a "invenção" do *peronismo*. Embora os limites deste artigo impossibilitem o exercício sistemático de uma perspectiva comparativa, interessa-me assinalar alguns efeitos teóricos que podem ser derivados do exame deste caso.

Ao contrário do que mostram algumas análises dos processos de constituição das ciências sociais em certos países centrais — que resultam de

49. Um processo pode ilustrar os paradoxos inscritos na relação entre a aposta da sociologia na autonomia da ciência e a violenta intervenção da política no campo intelectual e, especialmente, na universidade, que serviu de condição para seu nascimento. No final de 1955, meses depois da Revolução Libertadora, as novas autoridades resolveram que uma das medidas que conduziria à *desperonização* da universidade devia ser a realização de concursos para todos os cargos docentes. Um dos artigos que foi incluído no regulamento do edital dos concursos dizia explicitamente que não poderiam se apresentar candidatos que houvessem tido compromissos com o antigo regime. Testemunho maior de um novo ciclo de intervenção da política no campo universitário, esses concursos, e o resultado das lutas que se travaram naquela época em torno do alcance da idéia de "compromisso" com o peronismo, mostram o verdadeiro caráter de seleção social (e não só política) que, com uma linguagem "política", teve então lugar no campo universitário (Neiburg 1993, cap. 5).

uma crescente autonomização e democratização da produção cultural —⁵⁰, a tentativa mais séria de constituição de uma visão autônoma sobre o social na Argentina decorreu de um violento ciclo de intervenções da política no campo intelectual. Utilizando como ferramenta analítica a noção de *campo* desenvolvida por Pierre Bourdieu⁵¹, creio ter mostrado algumas possibilidades de relação entre os *campos*, diferentes das observadas por ele para o caso francês. O papel central concedido em seus estudos à gênese do campo intelectual na França e a forte identidade de sua perspectiva com as análises weberianas dos processos de racionalização parecem ser responsáveis pelo forte caráter *sistemático* com que Bourdieu observou os processos de constituição e autonomização dos campos. Esta exigência de sistematicidade se traduz, em seu modelo, na busca de "correspondências" entre a constituição e a autonomização de problemáticas — sistemas de perguntas e respostas —, na emergência de novas posições sociais — e dos *habitus* dos novos agentes —, e também de novas instâncias de consagração e de princípios de legitimação intelectuais⁵². Creio que minha análise permite problematizar esta exigência de sistematicidade, mostrando como, paradoxalmente, a "ausência de autonomia" funcionou como uma condição para a constituição de uma visão *científica* sobre a sociedade argentina.

É conhecida a rica expansão que nos últimos anos se verificou nos estudos sobre *nacionalismos* e processos de *Nation-Building*. Entre outras coisas, eles têm mostrado que os estados nacionais e as culturas nacionais são fenômenos modernos em cuja gênese deve ser considerado o trabalho de

50. Para o caso de Durkheim e da sociologia francesa, Karady 1976. Para o caso de Weber e da sociologia alemã — em muitos sentidos mais próximo da argentina —, Pollak 1986.

51. No sentido de que ela permite uma análise *relacional*, que considera os vínculos entre as *posições sociais* dos agentes e suas *tomadas de posição*. Trata-se de um uso *técnico* da noção de *campo* que permite valorizar suas possibilidades heurísticas sem cair na reprodução dos falsos problemas ou dos objetos pré-construídos, tão frequentes nos estudos sobre intelectuais, preocupados em discutir ou diagnosticar a "maior ou menor autonomia do campo".

52. A "análise de correspondências" é a ferramenta com que Bourdieu demonstrou esta sistematicidade para o caso francês. Talvez uma das mais fortes formulações sobre o caráter sistemático de seu modelo pode ser encontrada em Bourdieu & Wacquant 1991, cap. 4. É importante esclarecer que essas observações sobre a *sistematicidade* do modelo de Bourdieu nada têm a ver com a crítica — que é comum na literatura sobre a América latina — aos pressupostos *evolucionistas* de sua sociologia.

produção de representações sociais desenvolvido por parte de diferentes categorias de intelectuais⁵³. Neste artigo, creio ter mostrado como a sociologia científica argentina se constituiu formulando uma *visão científica* da sociedade em termos de *Nation-Building*. Por trás do caráter constatativo da interpretação que ela propôs para o principal problema imposto pela sociedade e pela política — ou seja, "explicar o peronismo" —, havia uma intenção performativa: um projeto de nação que tinha como tema principal uma representação do *povo* e das possibilidades de *integração do povo*. Porém, ao mesmo tempo, a sociologia conseguiu legitimar-se na sociedade argentina oferecendo uma *explicação científica* do *peronismo*, que era também a versão *científica* de mitologias nacionais, de relatos sobre a nação e sua história.

De uma perspectiva de análise sociocultural, a presença da ciência ou de um ponto de vista científico é um problema de *crença*; isto é, a *ciência* e os *cientistas* "existem" na medida em que uma sociedade e uma cultura os *reconhecem* como agentes sociais — "especialistas" — e valores — associados à "neutralidade", à "objetividade" e à eficácia de certos "métodos"⁵⁴. Creio que, neste sentido, o caso aqui analisado oferece a oportunidade para uma *reflexão sobre o significado particular da existência de formulações* — e da presença de formuladores — de representações sobre o mundo social cujos princípios de autoridade se assentam na *ciência*. E, mais especificamente, para uma *reflexão sobre a dimensão constitutiva das relações entre ciências sociais e mitologias nacionais*⁵⁵.

Se um estudo estrutural das representações sociais pode prescindir das cronologias, o mesmo não acontece quando se trata de estudar a gênese

53. Às obras citadas devem ser acrescentados, especialmente, os trabalhos de Bendix 1977 e Tilly 1975.

54. Em sua sociologia da magia, Mauss propôs uma *teoria geral da crença* que considera, ao mesmo tempo, os agentes sociais, as práticas e os sistemas de representações (Mauss 1985).

55. A. Smith (1986: 169 ss.) fez algumas importantes sugestões gerais sobre as relações entre o surgimento da ciência social e a gênese das nações. A demonstração das relações entre a constituição da *sociologia científica* argentina e a formulação de versões científicas de mitologias nacionais distingue este de outros estudos preocupados com os efeitos performativos das representações científicas sobre o mundo social. Por exemplo, a análise de Boltanski sobre a participação da sociologia francesa na gênese da categoria de *cadre* (1982: 239-303).

social dessas representações. Embora o *peronismo* continue sendo hoje uma categoria vigente na Argentina, meu objetivo não foi o estudo dos seus conteúdos atuais. Além dos efeitos de *longa duração* do processo aqui analisado, o horizonte temporal destas reflexões chega até a metade da década de 1960⁵⁶. Por outro lado, a atenção especial que dei ao papel dos intelectuais na invenção do *peronismo* não procura negar o fato óbvio de que outros grupos sociais — e não só os "populares" — participaram desta invenção. Com o *peronismo* acontece o mesmo que com todas as representações sociais: é objeto de lutas de classificação, das quais participam diversos grupos sociais, e um estudo abrangente deve considerar a produção das representações e sua circulação entre os diferentes grupos.

Neste sentido, meu objetivo terá sido mais modesto. Porém, ao concentrar-me no estudo das relações entre a invenção do *peronismo* e a constituição da sociologia na Argentina, creio ter contribuído para uma crítica histórico-sociológica da produção acadêmica sobre o peronismo que pode ter um efeito mais geral sobre boa parte dos estudos — e não só os produzidos na América latina — sobre os chamados *populismos*, estudos esses que sistematicamente buscaram explicar as "origens" e a "natureza" desses movimentos nas características de uma "base social" sempre identificada com os "grupos populares"⁵⁷. Aqui propus um caminho inverso. Centrando minha atenção nas relações entre *peronismo* e sociologia, procurei mostrar a importância do trabalho de produção de significados desenvolvido por agentes sociais localizados nas classes médias e altas — nas quais, em nos-

56. Pelo menos dois processos posteriores ficaram fora deste trabalho: 1) a presença de outros agentes sociais produtores de outros conteúdos para a categoria *peronismo*, a partir da volta de Perón ao país para seu último governo, em 1973, e depois de sua morte, em 1974; e 2) a presença de novas heterodoxias disputando os espaços originalmente conquistados pela *sociologia científica* — o que foi favorecido pelo desalojamento dos *sociólogos científicos* da universidade estatal, depois do golpe de estado de 1966. No contexto de uma reedição do movimento cíclico analisado, depois de 1966 Germani abandonou a universidade e deixou o país. Passou seus últimos anos trabalhando na Universidade de Harvard e dando cursos em Roma, onde morreu em 1979.

57. Duas questões relacionadas com o alcance desta crítica ficaram fora desta discussão: uma de caráter acadêmico, a outra de caráter ético-político: 1) os alcances e limites impostos por este processo aos objetos pensados pela sociologia, e 2) o significado do processo descrito quanto às possibilidades de constituição na Argentina de uma "esfera pública" (Habermas 1993) ou de um "universalismo" baseado na autonomia da ciência (Bourdieu 1992, Postscriptum).

sas sociedades, encontram-se as figuras encarregadas de produzir as representações autorizadas sobre o social. Desta forma, tentei contribuir para a compreensão dos processos sociais por meio dos quais uma sociedade e uma cultura constroem seus próprios "enigmas" e algumas das figuras encarregadas de "decifrá-los".

Agradecimentos

A versão original deste artigo foi apresentada no seminário "Intellectuals and Intellectual Production in Latin America", organizado pelo The Latin American Studies Consortium, New York University e Columbia University, Nova York, em fevereiro de 1994. Agradeço os comentários dos participantes do seminário e, especialmente, de seus organizadores, os professores Claudio Lomnitz-Adler e Maarten Van Delden. Da mesma forma, agradeço a leitura crítica de versões preliminares do texto realizada por Marcio Goldman, José Sergio Leite Lopes, Mariza Peirano e Lygia Sigaud. Uma versão preliminar deste texto foi publicada em *Desarrollo Económico* 34 (136).

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTI, Héctor P. 1959. *Nación y Cultura*. Buenos Aires: Proycón.
- ALTAMIRANO, Carlos. 1992. *Peronismo y Cultura de Izquierda (1955-1965)*. University of Maryland at College Park (Latin American Studies Center Series 6).
- ALTAMIRANO, C. & B. SARLO. 1983. *Literatura y Sociedad*. Buenos Aires: Hachette.
- ALVAREZ, Zuleta. 1975. *El Nacionalismo Argentino*. Buenos Aires: La Bastilla.
- AMADEO, Mario. 1956. *Ayer, Hoy y Mañana*. Buenos Aires: Gure.
- ANDERSON, Benedict. 1991. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- BENDIX, Reinhard. 1977. *Nation-Building and Citizenship: Studies of Our Changing Social Order*. Berkeley: University of California Press.
- BOLTANSKI, Luc. 1982. *Les Cadres. La Formation d'un Grupe Social*. Paris: Minuit.
- BORGES, Jorge Luis. 1955. "L'Illusion Comique". *Sur* 237.
- BOURDIEU, Pierre. 1982. *Ce que Parler Veut Dire. L'Économie des Échanges Linguistiques*. Paris: Fayard.
- _____. 1984. Les Usages du Peuple. *Actes de la recherche en sciences sociales* 52/53.
- _____. 1992. *Les Règles de l'Art. Genèse et Structure du Champ Littéraire*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. 1991. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago University Press.

- CAGGIOLA, Osvaldo. 1985. *Historia del Trozkismo Argentino, 1929-1960*. Buenos Aires: Ceal.
- CONTORNO. 1955. [Número especial relativo ao peronismo]. *Contorno* 7/8. Buenos Aires.
- CANAL FEIJÓO, Bernardo. 1955. ¿Qué Hacer? *Sur* 237.
- DE IPOLA, Emilio. 1989. Ruptura y Continuidad. Claves Parciales para un Balance de las Interpretaciones del Peronismo. *Desarrollo Económico* 115.
- DI TELLA, Torcuato. 1964. *El Sistema Político Argentino y la Clase Obrera*. Buenos Aires: Eudeba.
- _____. 1979. "Gino Germani (1911-1979), In Memoriam". *Desarrollo Económico* 74.
- _____. 1980. La Sociología Argentina en una Perspectiva de Veinte Años. *Desarrollo Económico* 79.
- DUMONT, Louis. 1983. "La Communauté Anthropologique et l'Idéologie. In *Essais sur l'Individualisme. Une Perspective Anthropologique sur l'Idéologie Moderne* (L. Dumont). Paris: Seuil.
- DURKHEIM, Emile. 1968. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris: PUF.
- ELIAS, Norbert. 1972. "Processes of State-Formation and Nation-Building". In *Transactions of the 7th World Congress of Sociology*. Vol. III. Geneva: International Sociological Association.
- _____. 1989. *El Proceso de la Civilización. Investigaciones Sociogenéticas y Psicogenéticas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, Michel. 1966. *Les Mots et les Choses. Une Archéologie des Sciences Humaines*. Paris: Gallimard.
- FRONDIZI, Silvio. 1955. *La Realidad Argentina*. Buenos Aires: Praxis.
- GAUDIO, R. & J. PILONE. 1988a. "El Desarrollo de la Negociación Colectiva durante la Etapa de Modernización Industrial en la Argentina, 1935-43". In *La Formación del Sindicalismo Peronista* (J.C. Torre, comp.). Buenos Aires: Legasa.
- _____. 1988b. "Estado y relaciones laborales en el periodo previo al surgimiento del peronismo, 1935-43". In *La Formación del Sindicalismo Peronista* (J.C. Torre, comp.). Buenos Aires: Legasa.
- GEERTZ, Clifford. 1980. *Negara: the Theater State in Nineteenth Century Bali*. Princeton: Princeton University Press.
- GELLNER, Ernest. 1987. *Culture, Identity and Politics*. Cambridge: University of Cambridge.
- GERMANI, GINO. 1952a. Algunas Repercusiones Sociales de los Cambios Económicos en la Argentina (1940-1950). *Cursos y Conferencias* 238/239.
- _____. 1952b. Sobre Algunas Consecuencias Prácticas de Ciertas Posiciones Metodológicas en Sociología. *Boletín del Instituto de Sociología* 6. UBA-FFyL.
- _____. 1952c. Una Década de Discusiones Metodológicas en la Sociología Latinoamericana. *Boletín del Instituto de Sociología* 6. UBA-FFyL.
- _____. 1955. *Estructura Social de la Argentina*. Buenos Aires: Raigal.

SOCIOLOGIA NA ARGENTINA E INVENÇÃO DO PERONISMO

- _____. 1956. La Integración de las Masas a la Vida Política y el Totalitarismo. *Cursos y Conferencias* 272.
- _____. 1962. *Política y Sociedad en una Época de Transición*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. 1973. El Surgimiento del Peronismo: el Rol de los Obreros y de los Migrantes Inter-nos. *Desarrollo Económico* 51.
- _____. 1978. *Authoritarianism, Fascism and National Socialism*. New Brunswick & London: Transaction Publishers.
- _____. 1992. "Germani por Germani". In *Después de Germani. Exploraciones sobre Estructura Social de la Argentina* (Jorge Raúl Jorrat & Ruth Sautu, comps.). Buenos Aires: Paidós.
- GHIOLDI, Américo. 1956. *De la Tiranía a la Democracia Social*. Buenos Aires: Gure.
- HABERMAS, Jürgen. 1993. "Further Reflections on the Public Sphere". In *Habermas and the Public Sphere* (Craig Calhoun, ed.). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. 1974. Algunas Observaciones sobre Germani: el Surgimiento del Peronismo y los Migrantes Internos. *Desarrollo Económico* 14 (56).
- _____. 1982. *Una Nación para el Desierto Argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- HANDLER, Richard. 1988. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan J. 1957. *Imperialismo y Cultura. La política en la inteligencia Argentina*. Buenos Aires: Alpe.
- _____. 1960. *La Formación de la Conciencia Nacional*. Buenos Aires: Plus Ultra.
- HOBSBAWM, E. 1983. "Introduction". In *The Invention of Tradition* (E. Hobsbawm & T. Ranger). Cambridge University Press.
- HOBSBAWM, Eric. 1990. *Nations and Nationalism since 1780 - Program, Myth, Reality*, Cambridge University Press.
- IRAZUSTA, Julio. 1956. *Perón y la Crisis Argentina*. Buenos Aires: La Voz del Plata.
- JAURETCHE, Arturo. 1958. *Los Profetas del Odio*. Buenos Aires: Peña Lillo.
- _____. 1959. *Política Nacional y Revisionismo Histórico*. Buenos Aires: Peña Lillo.
- _____. 1966. *El Medio Pelo en la Sociedad Argentina (Apuntes para una Sociología Nacional)*. Buenos Aires: Peña Lillo.
- KAHL, Joseph. 1981. Gino Germani (1911-1979), In Memoriam. *Latin American Research Review* 2.
- KAPFERER, Bruce. 1988. *Legends of People, Myths of State, Violence, Intolerance and Political Culture in Sri Lanka and Australia*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- KARADY, Victor. 1976. "Durkheim, les Sciences Sociales et l'Université: Bilan d'un Semi-Echec". *Revue Française de Sociologie* 17 (2).
- KENWORTHY, Eldon. 1975. Interpretaciones Ortodoxas y Revisionistas del Apoyo Inicial al Peronismo. *Desarrollo Económico* 56.
- KING, John. 1985. *El Di Tella y el Desarrollo Cultural Argentino en la Década del Sesenta*. Buenos Aires: Gaglione.

FEDERICO NEIBURG

- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1958. *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon.
- JAMES, Daniel. 1987. "17 y 18 de octubre de 1945: el peronismo, la protesta de masas y la clase obrera argentina". *Desarrollo Económico* 107 (transcrito de *La Vanguardia*, 23/10/45).
- LIPSET, Seymour Martin & GERMANI, Gino. 1960. Ideologías Autoritarias y Estratificación Social". *Cuadernos de Sociología* 24. FFyL, UBA.
- LUNA, Félix. 1985. *Perón y su Tiempo*. Buenos Aires: Sudamericana.
- MALLEA, Eduardo. 1933. *Historia de una Pasión Argentina*. Buenos Aires: Sur.
- MANGONE, C. & J. WARLEY. 1981. *Universidad y Peronismo (1946-1955)*. Buenos Aires: Ceal.
- MARTÍNEZ ESTRADA, Ezequiel. 1933. *Radiografía de la Pampa*. Buenos Aires: Losada.
- _____. 1956. *¿Qué Es Esto?. Catilinaria*. Buenos Aires: Lautaro.
- MAUSS, Marcel. 1985. "Esquisse d'une Théorie Générale de la Magie". In *Sociologie et Anthropologie* (Marcel Mauss). Paris: PUF.
- MORSE, Richard. 1982. *El Espejo de Próspero. Un Estudio de la Dialéctica del Nuevo Mundo*. México: Siglo XXI.
- MURENA, Héctor. 1955. Notas sobre la Crisis Argentina. *Sur* 238.
- MURMIS, M. & PORTANTIERO, J.C. 1973. *Estudios sobre los Orígenes del Peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- NAVARRO, Marysa. 1969. *Los Nacionalistas*. Buenos Aires: Jorge Alvarez.
- NEIBURG, Federico. 1993. *La Invención del Peronismo y la Constitución de las Ciencias Sociales en la Argentina*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional.
- _____. 1995. Intellectual Representations of *People and Nation*. The Invention of Peronism in Argentina. *Annals for Scholarship* (no prelo).
- PEIRANO, Mariza. 1981. *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*. Ph.D. Thesis. Cambridge: Harvard University.
- PERELMAN, Angel. 1961. *Cómo Hicimos el 17 de Octubre*. Buenos Aires: Coyoacán.
- POLLAK, Michael. 1986. "Max Weber. Éléments pour une Biographie Sociointellectuelle". Mimeo.
- PUIGGRÓS, Rodolfo. 1958. *El Proletariado en la Revolución Nacional*. Buenos Aires: Trafac.
- _____. 1971. *El Peronismo; sus Causas*. Buenos Aires: Punto Sur.
- RAMOS, Jorge A. 1956. *Revolución y Contrarrevolución en la Argentina. Las Masas en Nuestra Historia*. Buenos Aires: Amerindia.
- RATIER, Hugo. 1969. *El Cabecita Negra*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- REYES, Cipriano. 1984. *Yo Hice el 17 de Octubre*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- ROCK, David. 1993. *La Argentina Autoritaria. Los Nacionalistas y su Influencia en la Vida Pública*. Buenos Aires: Ariel.
- ROMERO, José Luis. 1956. *Las Ideas Políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

SOCIOLOGIA NA ARGENTINA E INVENÇÃO DO PERONISMO

- SÁBATO, Ernesto. 1956. *El Otro Rostro del Peronismo. Carta Abierta a Mario Amadeo*. Buenos Aires: Imprenta Lopez.
- SARLO, Beatriz. 1988. *Una Modernidad Periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- SCALABRINI ORTÍZ, Raul. 1931. *El Hombre que Está Solo y Espera*. Buenos Aires: Gleizer.
- _____. 1946. *Los Ferrocarriles Deben Ser del Pueblo Argentino (Tierra sin ñonada, Tierra de Profetas)*. Buenos Aires.
- SEBRELI, Juan José. 1964. *Buenos Aires, Vida Cotidiana y Alienación*. Buenos Aires: Siglo XX.
- SHUMWAY, Nicolás. 1993. *La Invención de la Argentina. Historia de una Idea*. Buenos Aires: Emecé.
- SIGAL, Silvia. 1991. *Intelectuales y Poder en la Década del Sesenta*. Buenos Aires: Punto Sur.
- SIGAL, S. & E. VERON. 1988. *Perón o Muerte. Los Fundamentos Discursivos del Fenómeno Peronista*. Buenos Aires: Hyspamérica.
- SMITH, A. 1986. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Basil Blackwell.
- SMITH, Peter. 1972. The Social Base of Peronism. *The Hispanic American Research Review* 52 (1).
- SUR. 1955. Por la Reconstrucción Nacional. *Sur* 237.
- TERÁN, Oscar. 1991. *Nuestros Años Sesentas. La Formación de la Nueva Izquierda Intelectual Argentina (1955-1966)*. Buenos Aires: Punto Sur.
- TILLY, Richard (ed). 1975. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press.
- TOER, Mario (coord.). 1988. *El Movimiento Estudiantil de Perón a Alfonsín*. Buenos Aires: Ceal.
- TORRE, Juan Carlos. 1975. La CGT y el 17 de Octubre. *Todo es Historia* 105.
- _____. 1990. *La Vieja Guardia Sindical y Perón. Estudios sobre los Orígenes del Peronismo*. Buenos Aires: Sudamericana.
- TORRE, Juan Carlos (comp.). 1988. *La Formación del Sindicalismo Peronista*. Buenos Aires: Legasa.
- VEZEILLES, Jorge. 1967. *Los Socialistas*. Buenos Aires: Jorge Alvarez.
- WEBER, Max. 1968. "Sociología de la Religión". In *Economía y Sociedad* (Max Weber). México: Fondo de Cultura Económica.